Necessidades*

Ivan Illich

Tradução: Silke Kapp

Não importa por onde você viaje, a paisagem é conhecida: por todo o mundo ela está abarrotada de torres de resfriamento e estacionamentos, agronegócio e megacidades. Mas agora que o desenvolvimento chega ao fim – a terra não era o planeta certo para esse tipo de construção – os projetos de crescimento rapidamente se tornam ruínas, lixo no qual devemos aprender a viver. Há vinte anos as consequências da idolatria do crescimento ainda pareciam 'contra-intuitivas'; hoje a *Times* as publica com apocalípticas matérias de capa. E ninguém sabe como viver com esse novos e assustadores cavaleiros que são bem mais do que quatro: um clima em transformação, o esgotamento genético, poluição, o colapso de muitas proteções, a elevação do nível do mar e migrações anuais de milhões de fugitivos. A simples abordagem dessas questões nos põe diante do impossível dilema entre pânico e cinismo. Mas ainda mais difícil do que sobreviver com essas mudanças 'ambientais' é o horror de viver com as necessidades habituais, estabelecidas em quatro décadas de desenvolvimento. As necessidades que a dança do desenvolvimento despertou não apenas justificaram a espoliação e o envenenamento da terra; elas também atuaram num nível mais profundo. Elas transmutaram a natureza humana, transformaram a mente e os sentidos do *homo sapiens* naqueles do *homo miserabilis.* 'Necessidades básicas' talvez sejam a herança mais insidiosa que o desenvolvimento deixou.[1]

A transformação ocorreu ao longe de dois séculos. Durante esse período, a certeza fundamental foi a evolução, ora chamada progresso, ora desenvolvimento, ora crescimento.[2] Nesse processo secular, os homens se arrogaram a descobrir 'recursos' na cultura e na natureza – naquilo que havia sido o seu bem comum – e transformá-los em valores.[3] O historiador da escassez conta a estória. Como creme batido que endurece repentinamente e se torna manteiga, o *homo miserabilis* surgiu quase que da noite para o dia, de uma mutação do *homo economicus,* o protagonista da escassez. A geração do segundo pós-guerra testemunhou essa mudanças de estado na natureza humana, de homen comum para homem necessitado. A metade de todos os indivíduos do gênero *homo* que nascem na terra hoje são desse novo tipo.[4]

Estimativas arqueológicas situam o número de indivíduos adultos pertencentes à espécie *homo sapiens* bem abaixo de cinco bilhões. Eles viveram entre a época da pintura das cenas de caça de Lascaux e o ano em que Picasso chocou o mundo com os horrores de Guernica. Eles constituíram dez mil gerações e viveram milhares de diferentes estilos de vida, falando incontáveis línguas. Eles foram homens da neve e criadores de gado, romanos e mongóis, velejadores e nômades. Cada modo de vida estruturou a condição humana de uma maneira diferente: em torno da enxada, do fuso, das ferramentas de madeira, bronze ou ferro. Mas em cada um desses casos, *ser* humano sempre significou a submissão comunitária à regra da sobrevivência naquele lugar, naquele tempo. Cada cultura traduziu essa regra para um idioma diferente. E cada visão da sobrevivência se expressou num modo diferente de enterrar os mortos, num ritual diferente de exorcizar os medos. Essa enorme variedade de culturas demonstra a plasticidade do desejo e do anseio, que tinham sabor diferente em cada uma delas. A imaginação levou os tonganeses com suas canoas a milhares de quilômetros pelo oceano, levou os toltecas do México a construir postos avançados de seus templos em Wisconsin, levou muçulmanos da Mongólia Exterior a visitar a Caaba e os escoceses a visitar a Terra Santa. Mas apesar de todas as formas de angústia e devoção, terror, êxtase e do desconhecido depois da morte, nada indica que a parte ancestral da humanidade experimentou qualquer coisa semelhante ao que nós consideramos evidente e chamamos de necessidade.

A segunda e maior parte da humanidade nasceu numa época da qual eu consigo me lembrar, depois da Guernica, 1936. A maioria dos adultos atuais é dependente de energia elétrica, roupas sintéticas, comida ruim e viagens.[5] Se confiarmos nos osteo-paleontólogos, que vão a cemitérios estudar ossos, a segunda parte da humanidade inclui uma grande proporção de mal-nutridos e fisicamente debilitados. E a maioria desses cinco bilhões aceita sem questionamento a condição humana como uma condição de dependência de bens e serviços – dependência essa que eles chamam de necessidade. Em apenas uma geração o homem necessitado – *homo miserabilis* – se tornou o padrão.

O movimento histórico do Ocidente, sob a bandeira de evolução/ progresso/ crescimento/ desenvolvimento, descobriu e prescreveu as *necessidades.* Nesse processo podemos observar uma transição do homem tido por trabalhador incompetente para o homem tido por necessitado dependente. Neste ensaio, traço a história dessa dependência tal como se reflete no termo 'necessidades'[6] no contexto do discurso oficial sobre o desenvolvimento desde o presidente Harry Truman.

Num sentido relevante o desenvolvimento é uma rebelião, uma obstinada recusa a aceitar a condição de sobrevivência. Ele implica a desconstrução dessas condições e a simultânea reconstrução de desejos como necessidades. No discurso do desenvolvimento, necessidades não são nem desejos, nem condições de sobrevivência.[7] Essas clamam por submissão; necessidades clamam por satisfação.[8] Necessidades tentam negar a necessária aceitação da inevitável distância entre desejo e fato, e elas não têm qualquer relação com aquela esperança de que um desejo se realize. As pessoas sempre viveram em face do fato necessário de que morreriam se lhes faltasse o pão de cada dia. E todos os povos sentiram o desejo de glória na terra ou no céu.[9]

Ademais, cabe distinguir entre necessidades e carências. Desde Hobbes e Locke, essas últimas têm sido atribuídas a homens e mulheres, criando o *homo economicus,* que vive sob a égide da escassez. E a existência de carências parecia provada pela demanda. O desejo mimético levou ao poder da mão invisível do mercado, jogando uns contra os outros na perseguição de bens escassos.

Em certo sentido, necessidades são as carências atuais – no discurso do desenvolvimento – quando escolhas são oferecidas, legitimadas e prescritas por profissionais. Elas são reformatadas para caberem no construto mental do pensamento sistêmico.[10] Quando isso ocorre, o *homo economicus* é logo entendido como um mito obsoleto – o planeta não pode mais sustentar esse luxo dispendioso – e substituído pelo *homo systematicus.*[11] As necessidades dessa última criação metamorfoseiam carências econômicas em requerimentos do sistema, determinados por uma exclusiva hegemonia profissional, não admitindo nenhum desvio.[12] O fato de muitas pessoas hoje já reconhecerem seus requerimentos sistêmicos demonstra principalmente o poder do prestígio profissional e da pedagogia, e a perda definitiva de autonomia pessoal. O processo começou com a perda dos bens comuns e se completa agora que as pessoas são transformadas em elementos abstratos de uma estase matemática. A última conceituação desses elementos abstratos foi alcançada recentemente pela reinterpretação do homem comum, agora visto como um sistema imunológico frágil e provisório, sempre à beira do colapso. A própria literatura desse desenvolvimento espelha precisamente o caráter esotérico de tal concepção. A condição do homem pós-moderno e seu universo se tornaram tão complexos que apenas os especialistas mais competentes podem funcionar como os sacerdotes capazes de entender e definir as ‘necessidades’ atuais.[13]

Portanto, o fenômeno humano já não se define por aquilo que nós *somos,* que enfrentamos, que conseguimos, que sonhamos, nem pelo mito de que podemos produzir a nós mesmos a partir da escassez, mas pela medida daquilo que nós falta e de que, assim, necessitamos. E essa medida, determinada pelo pensamento analítico dos sistemas, implica uma percepção radicalmente nova da natureza e da lei, e prescreve uma política mais ocupada com a provisão de requerimentos para a sobrevivência definidos profissionalmente (necessidades) do que com reivindicações pessoais de liberdade, que estimulariam ações autônomas.

É difícil falar da historicidade das necessidades de maneira convincente.[14] Nós vivemos numa geração que não pode negar a existência de necessidades humanas, e ainda menos as necessidades de outros, estranhos. No senso comum a natureza humana é entendida em termos de necessidades comuns, não mais como dignidade compartilhada por todos à revelia de distinções de status. Nesse contexto, uma ponte de safena tripla não é vista como um desejo tolo e arbitrário, nem como uma demanda que apenas os ricos poderiam reivindicar, mas como uma necessidade que se traduz num direito e que deve ser atendida. Para as pessoas em geral, necessidades adquirem sua legitimação absoluta, paradoxalmente, quando se tem a certeza de que devem ser atribuídas a estranhos – especialmente naquelas circunstâncias em que é óbvio que para a maioria dos necessitados tais necessidades não podem ser satisfeitas.[15] Ironicamente, quando a natureza humana é socialmente definida por uma coleção de necessidades básicas comuns a todos, então aparece alguma prova científica de que, para a maioria dos membros da família humana, aquilo que é básicos está definitivamente fora de alcance. Para ver como chegamos a esse impasse – que agora dá lugar a um modelo de análise sistêmica – é instrutivo traçar os estágio pelos quais a relação entre desenvolvimento econômico e social e a noção de necessidade passou nas últimas décadas.

A ideia de desenvolvimento entrou no discurso político ocidental com o discurso de posse de Harry Truman em 1949. Truman soava muito digno de confiança quando defendeu a necessidade de intervir em nações estrangeiras com “progresso industrial” para “elevar o padrão de vida” nas “regiões subdesenvolvidas”. Ele não mencionou a revolução. Seu intento era “aliviar o fardo dos pobres” e isso seria alcançado pela produção de “mais comida, mais roupas, mais materiais para a habitação e mais energia mecânica”. Ele e seus conselheiros viam “o aumento da produção como chave para a prosperidade e a paz”. Ele falou de aspirações legítimas, não de necessidades.[16]

Quando Truman disse isso, a pobreza – nos termos da economia de mercado – ainda era comum à grande maioria dos povos. Surpreendentemente, algumas nações pareciam ter superado esse destino, estimulando assim o desejo de outras de fazer o mesmo. O senso comum de Truman o levou a acreditar que uma lei universal do progresso seria aplicável, não apenas a indivíduos ou grupos, mas também à humanidade inteira por meio de economias nacionais. Por isso ele usou o termo "subdesenvolvidos" para entidades sociais coletivas e falou da necessidade de criar uma "base econômica" capaz de atender "às expectativas que o mundo moderno despertou" em pessoas de todo o planeta.[17]

Doze anos depois, os americanos ouviram que "povos em casebres e vilarejos de metade do globo lutam para romper as amarras da miséria em massa […] nós nos empenhamos em ajudá-los a ajudarem a si mesmos […] nos empenhamos nisso não porque queiramos os seus votos, mas porque é a coisa certa a fazer." Isso foi dito por John F. Kennedy no seu discurso de posse em 1961.[18] A afirmação simboliza um consenso emergente nos EUA de que a maioria das pessoas é necessitada, que essas necessidades lhes dão direitos, esses direitos se traduzem em assistência e, portanto, impõem deveres aos ricos e poderosos.

De acordo com Kennedy, as necessidades não são apenas de natureza econômica. As nações "pobres […] reconheceram a necessidade de um programa intensivo de auto-ajuda", e a necessidade "de progresso social, que é uma condição indispensável para o crescimento, não um substituto para o desenvolvimento econômico […] sem desenvolvimento social a grande maioria das pessoas continua na pobreza, enquanto os poucos privilegiados colhem os benefícios da abundância crescente."[19]

Um anos depois de [Fidel] Castro chegar ao poder, Kennedy prometeu mais do que mera ajuda econômica ou técnica; ele se comprometeu solenemente à intervenção política – "ajuda numa pacífica revolução da esperança". Ademais, ele seguiu adotando toda a retórica convencional da economia política. Ele teve que concordar com Khrushchev quando esse lhe disse em Viena que "o processo revolucionário contínuo em vários países é o status quo, e qualquer um que tente deter esses processo não apenas estará alterando o status quo, mas será um agressor."[20] Kennedy então acentuou "a condição tensa e urgente" e a necessidade de uma "aliança pelo progresso social". Para Truman, o mundo moderno "despertou novas expectativas", e ele se concentrou na necessidade de "aliviar o fardo da pobreza". Kennedy acreditou que metade do mundo "vive nas amarras da miséria" com um sentimento de injustiça "que alimenta turbulências políticas e sociais". Na perspectiva da Casa Branca da década de 1960, a pobreza deixou de ser

destino; ela se tornou um conceito operacional – o resultado de condições sociais e econômicas injustas, da falta de educação moderna, da prevalência de tecnologia inadequada e atrasada. A pobreza agora era vista como uma praga, algo passível de terapia, um problema a ser resolvido.

Em 1962, as Nações Unidas reconheceram a pobreza como um limite definível, de alguma maneira relacionado àquilo que é humano. O secretário geral se referiu a "aquelas pessoas que vivem abaixo do padrão mínimo aceitável". E esse padrão logo revelou sua natureza complexa: ele agiu exatamente como uma doença iatrogênica, espalhando mutilação pelo mundo – o resultado triste de políticas concebidas como terapias para essa concepção de subdesenvolvimento. Então, em 1972, o presidente do Banco Mundial declarou que "progresso medido por um único critério, o PIB, contribuiu significativamente para exasperar as desigualdades na distribuição de renda." Por essa razão, McNamara declarou que o objetivo central de políticas de desenvolvimento deveria ser "atacar a pobreza absoluta" que se espalhara como resultado do crescimento econômico e que era "tão extrema que degrada a vida dos indivíduos a um nível abaixo das normas da decência humana".[21] Logo essas "normas da decência humana" seriam traduzidas em dólares e centavos por uma equipe de cientistas sociais que formaram uma espécie de *trust* intelectual no gabinete de McNamara.

A confusão ou, por vezes, oposição entre desenvolvimento econômico e social – que se observa no pensamento de McNamara –, entre mero crescimento e desenvolvimento 'verdadeiro' ou *humano,* se tornou parte da retórica pública, daquilo que chamei de 'discurso do desenvolvimento'. Pelos esforços dos especialistas em entender e estabelecer a distinção, o termo 'necessidades' adquiriu pela primeira vez o irritante poder que tem ainda hoje.[22] Usando esse termo, a teoria política humanista do desenvolvimento buscou âncoras em algum "conceito ontológico de natureza humana".[23] Tentando ser empiricamente relevante, essa busca abriu caminho para uma nova noção (histórica) de pobreza.

Até poucas década atrás, 'pobreza' era um sinônimo da 'condição humana'. Era compreendida como uma característica universal na paisagem social de qualquer cultura. Primariamente e acima de tudo, ela se referia à precária condição na qual a maior parte das pessoas sobrevivia a maior parte do tempo. Pobreza era um conceito geral para uma interpretação cultural específica da condição de sobreviver dentro de limites muito estreitos, definidos diferentemente para cada lugar e época. Cada cultura elaborou seu estilo único e ecologicamente sustentável de dar conta dessa condição (como somos capazes de reconhecer hoje). Isso é o que 'necessidade' significava: a habilidade de enfrentar, por toda a vida, aquilo que ao fim e ao cabo é inevitável.

"Todos nós precisamos morrer… mas não agora".[24] Até recentemente, portanto, a pobreza nunca havia significado uma falta.

A condição de aceitar o destino, a providência, a vontade de Deus, perdeu muito de sua legitimidade no início do século XX. O progresso revela a sua face quando é entendido, basicamente, como uma revolta contra essa condição. Já na época do engenho a vapor, os engenheiros se tornaram o símbolo dos libertadores – os messias que levariam a humanidade para além do reino da necessidade. Ao final do século XIX, a sociedade se tornou objeto de uma engenharia de manipulação. Essa ideia foi tão contagiosa que no século XX um papa pessoalmente devoto de São Francisco de Assis – o marido da senhora pobreza – instruiu seus fiéis no dever de alcançar mais.

> Nações individuais devem elevar o nível de quantidade e qualidade da produção para dar à vida de todos os seus cidadão a verdadeira dignidade humana, e dar assistência ao desenvolvimento comum da raça humana […] o completo desenvolvimento do indivíduo deve se unir àquele da raça humana e deve ser alcançado pelo esforço mútuo.[25]

Não se compreende a relação entre necessidades e discurso do desenvolvimento sem entender como a pobreza foi primeiro 'operacionalizada', para que então se pudesse estabelecer uma linha da pobreza como a fronteira na própria guerra contra a pobreza. Para Truman, pobreza ainda representava um tipo de terreno comum do qual alguns se elevam – pela sorte, pela industriosidade ou pelo crime. Em 1970, as tentativas de analisar 'a pobreza' lhe conferiram as características de um limite econômico. E isso modificou sua natureza para os modernos: ela se tornou a medida da falta de uma renda 'necessária'. Ao definir os pobres como aqueles a que falta renda – a única coisa que poderia satisfazer suas 'necessidades' – aquilo que a renda compra foi subrepticiamente redefinido enquanto mercadoria. Pobreza na cidade de Nova York assim como na Etiópia se tornou uma medida abstrata e universal de subconsumo.[26] Aqueles que sobrevivem apesar do comprovado subconsumo passaram a ser percebidos como vítimas de uma dupla amarra: eles não podem sanar sua falta de renda ocupando-se de atividades de subsistência, e eles são condenados a uma existência vista como inumana e indecente.

Economistas começaram a explorar o significado desse limite rígido. Eles reconheceram que não seria possível falar de carências (econômicas) abaixo de um nível de renda em que as demandas se tornaram substancialmente incomensuráveis. Pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza absoluta não têm poder para se comportarem de acordo com a racionalidade econômica; elas não podem se dar o luxo de trocar comida por abrigo, roupas ou ferramentas.

Aqueles definidos pela nova categoria de aleijados econômicos podem até sobreviver, mas eles não participam plenamente das características do *homo economicus.* Eles existem – em todo o mundo – mas são marginais, não só na economia, mas na própria humanidade, uma vez que essa, desde o tempo de Mandeville, se define pela habilidade de fazer escolhas sob a suposição da escassez.

Numa outra manifestação, as 'pessoas' entraram no discurso do desenvolvimento mesmo antes disso.

Enquanto no início dos anos 1950 o problema dos países em desenvolvimento foi visto essencialmente como um problema de riqueza produtiva, no final dessa década foi amplamente aceito que o fator crucial não seria a produção, mas a capacidade de produzir inerente às pessoas.[27] Nessa época, tornou-se legítimo falar de pessoas como um ingrediente do crescimento econômico. Não era mais preciso falar de desenvolvimento econômico e social [separadamente], uma vez que o desenvolvimento – à diferença do crescimento – incluiria ambos automaticamente.

Pessoas não suficientemente qualificadas ou capitalizadas eram cada vez mais tidas como um fardo ou um freio do desenvolvimento. Esse terceiro passo da evolução, que integra o fator *pessoas* no cálculo do crescimento econômico, tem uma história própria.

Em meados dos anos 1950, economistas influentes haviam começado a argumentar que certos componentes dos serviços médicos e educacionais não deveriam ser entendidos como consumo pessoal, porque eles seriam pré-requisitos do desenvolvimento econômico.[28] As grandes diferenças nos resultados de políticas similares de desenvolvimento no mesmo nível de renda monetária seriam inexplicáveis se não se considerassem os investimentos em seres humanos.[29] A qualidade e a distribuição de treinamento, bem-estar físico, disciplina social e níveis de participação foram chamados de 'fator residual'.[30] Para além dos montantes de capital e trabalho disponíveis, o desenvolvimento econômico parecia depender dessas qualificações sociais das pessoas para as tarefas.

Durante os anos 1970, duas observações empíricas qualificaram o conceito de capital humano desenvolvido nos anos 1960.[31] Por um lado, perdia credibilidade a suposição de que o valor de serviços educacionais ou de saúde se refletiria na qualificação da força de trabalho. Por outro lado, a teoria do valor-trabalho perdia o significado, mesmo naquele sentido fraco que tivera nas ciências econômicas convencionais. Tornou-se óbvio que, independentemente da qualificação da mão de obra disponível, os setores modernizados não poderiam se tornar trabalho-intensivos

a ponto de proverem empregos suficientes para justificar a redistribuição economicamente necessária de renda na forma de salários.[32] Nenhuma estratégia de desenvolvimento orientada à geração de empregos poderia criar o tipo de trabalho que empregaria a terça ou quarta parte inferior da população. Por isso, os planejadores da década de 1980 transpuseram a melodia do desenvolvimento para uma quarta chave: sob diversas designações, empreenderam a colonização econômica do setor informal.

Deu-se nova ênfase aos incentivos a atividades que manteriam as pessoas ocupadas no mercado negro e no escambo, ou sustentando a si mesmas no 'setor tradicional'. Sobretudo, o trabalho de sombra [*shadow work*] se tornou quantitativamente mais importante, não apenas de fato mas também nas políticas. Entendo por trabalho de sombra atividades não remuneradas que, numa sociedade mercado-intensiva, são necessárias para transformar mercadorias compradas em bens consumíveis. Finalmente, as atividades de auto-ajuda, que nos anos 1960 tinham o sabor de segunda escolha, se tornaram um setor favorito de crescimento para planejadores e organizadores dos anos 1980. Esse é o contexto a partir do qual a ressurreição do discurso das necessidades deve ser interpretada.

O desenvolvimento pode ser imaginado como um processo pelo qual as pessoas são retiradas de sua cultura tradicional compartilhada. Nessa transição, laços culturais são desfeitos, ainda que a cultura possa tingir o desenvolvimento superficialmente – basta observar camponeses recentemente transplantadoss para as megacidades do terceiro mundo. Ou o desenvolvimento pode ser imaginado como um vento que carrega as pessoas para além de seu espaço familiar e as coloca numa plataforma artificial, numa nova estrutura de vida. Para sobreviver nesse fundamento exposto e elevado, elas são compelidas a alcançar novos níveis mínimos de consumo, por exemplo, na educação formal, nas medidas de saúde pública, no uso de transportes, no aluguel de casas. O processo como um todo costuma ser agenciado na linguagem da engenharia: a criação de infraestrutura, a construção e coordenação de sistemas, diversos estágios de crescimento, escadas rolantes sociais. Mesmo o desenvolvimento rural é discutido nessa linguagem urbana.

Sob o peso da nova estrutura, o fundamento cultural da pobreza não permanece intacto; ele racha. As pessoas são forçadas a viver sobre uma casca frágil, debaixo da qual se esconde algo sem precedentes e inumano. Na pobreza *tradicional,* as pessoas podiam confiar que encontrariam uma rede [*hammock*] cultural. E sempre havia o nível fundamental a que se podia recorrer, como um ocupante ou um mendigo. Deste lado da sepultura, ninguém desceria abaixo

do chão. O inferno era um abismo real, mas para depois da morte e destinado apenas àqueles que não dividem com os pobres nesta vida.[33] Isso já não vale mais. Os excluídos modernos não são mendigos nem vagabundos. Eles são vítimas das necessidades que lhes são atribuídas por algum 'cafetão da pobreza'.[34] Eles caem abaixo da linha da pobreza, e a cada ano diminui sua chance de algum dia se elevarem novamente acima dessa linha.

A política de bem-estar social não é uma rede [hammock] cultural. Ela é uma mediação inédita de recursos escassos por agentes que não apenas definem o que são as necessidades, e certificam onde elas existem, mas que também supervisionam de perto seus remédios – com ou sem a aprovação do necessitado. Uma apólice de seguro não é o mesmo que a confiança no apoio comunitário em caso de desastre. Antes, ela é uma das formas mais extremas de controle político numa sociedade na qual a proteção contra riscos futuros é mais valorizada do que o acesso à satisfação ou à alegria no presente. Necessidades, discutidas como critérios de estratégias de desenvolvimento, não têm nada a ver nem com carências tradicionais, nem com desejos, como já sugeri acima. No entanto, durante a segunda e a terceira 'décadas do desenvolvimento', a pobreza foi definida por necessidades operacionalizadas e não satisfeitas.

E tudo isso ocorreu apesar de 'necessidade' não significar nada para os economistas convencionais. "A teoria econômica não reconhece que exista algo como necessidades."[35] A economia pode dizer muitas coisas úteis sobre desejos, preferências e demandas, mas 'necessidade' seria, presumivelmente, um imperativo moral, psicológico ou físico que não comporta nenhuma comparação ou ajuste – ou análise [econômica].[36]

A maioria dos economistas, até hoje, se declara incompetente para incluir as necessidades em suas análises,[37] e prefere deixar essa discussão para os filósofos ou os políticos.[38] Por outro lado, um número crescente de economistas, críticos das teorias e práticas convencionais de desenvolvimento, tem encontrado nas 'necessidades básicas' o fundamento daquilo que veio a se chamar 'a nova ordem econômica'.[39] Eles pensaram que encontrariam nas necessidades o termo para os requerimentos da natureza humana não passíveis de negociação e mutuamente incomensuráveis. Esses deveriam ser providos pela economia para que preferências, escolhas e carências econômicas possam ser efetivamente formuladas.[40]

Mas para que o conceito de necessidade fosse incorporado num argumento econômico, ele precisava ser definido e classificado.[41] Nessa empreitada, foi muito influente a teoria de Abraham Maslow, de uma hierarquia de necessidades. De fato, necessidades físicas, de segurança, de afeto, estima e, por fim, de auto-realização subjazem à discussão mais atual como categorias-

chave. À diferença das carências que desde Hobbes são consideradas iguais – "uma vez que elas são simplesmente o que as pessoas querem" – necessidades são sempre discutidas como se coubessem numa hierarquia objetiva. Em geral são tratadas como realidades estudadas desinteressadamente pelos especialistas das necessidades, que de alguma maneira poderão levar à definição de uma ética universal.[42] Erich Fromm, por exemplo, acredita que "a sociedade sã" seria um arranjo que:

> […] corresponde às necessidades do homem, não necessariamente ao que ele sente como suas necessidade (porque mesmo o mais patológico dos desejos pode ser sentido subjetivamente como aquilo que a pessoa mais quer), mas ao que suas necessidades são objetivamente, tais como podem ser asseguradas pelo estudo do homem.[43]

Até agora, o mais completo estudo crítico do discurso das necessidades e de suas implicações foi feito por Marianne Groenemeyer. Mais claramente do que qualquer outra pessoa, ela demonstrou que necessidades, no sentido corrente, são um novo modo de formular a suposição de escassez universal. Ademais, ela mostra que necessidades, definidas na perspectiva da ciência, permitem a redefinição da natureza humana de acordo com a conveniência e o interesse de profissionais que as administram e as atendem.[44]

Particularmente interessante é o papel das 'necessidades básicas' na transformação do homem econômico em homem necessitado, um processo que coincide diretamente com a redefinição da pobreza na recente teoria do desenvolvimento.[45]

Desenvolvimento é baseado na crença de que a condição de sobrevivência pode ser anulada por uma audácia engenhosa, literalmente utópica, de lugar nenhum. O desenvolvimento se inicia acima de um nível mínimo de consumo, determinado por descobertas científicas acerca da natureza humana. Para ter parte nos benefícios desse desenvolvimento de uma maneira significativa, é preciso primeiro consumir um certo montante de serviços básicos, em geral pagos com impostos ou tomados de empréstimo a futuras gerações. É preciso um montante prescrito de educação,[46] serviços de saúde, notícias, transporte, proteção, administração para ser suficientemente humano e participar desse novo mundo. Mas "a insistência nas necessidades básicas é inevitavelmente uma faca de dois gumes: ela implica que você pode se tornar mais ou menos humano […] necessidades definem a humanidade como algo divisível".[47]

Como outra autora também viu claramente, "elas [as necessidades] definem o indivíduo e o reduzem ao perfil de suas necessidades."[48] Para Talcott Parsons, já em 1951, "[…] a

personalidade […] deve ser vista como o estabelecimento de uma disposição relativamente específica, definitiva e consistente de necessidades".[49] Michael Ignatieff aponta que nenhuma outra época teve um termo ou uma noção que ocupasse, na sua constelação de significados, o lugar que necessidade ocupa na nossa.[50] Certamente, necessidades não são os '*necessaries'* de Adam Smith,

> […] requeridos para sustentar a vida e, além disso, o que quer que os costumes de um país considerarem indecente faltar a pessoas de bem, mesmo das ordens mais baixas […] O costume tornou sapatos de couro necessários à vida na Inglaterra. A mais pobre das pessoas de bem, de qualquer sexo, ficaria envergonhada de aparecer em público sem eles. Na Escócia, o costume fez deles um item de necessidade [*a necessary*] da vida para o mais baixo dos homens, mas não da mesma maneira para as mulheres, que podem, sem nenhum descrédito, caminhar descalças. Na França, eles não são necessários nem para homens, nem para mulheres […][51]

Essa passagem fala de um mundo em que (1) as relações morais entre estranhos eram mediadas por costumes ou cultura, e onde (2) o status definia demandas que, precisamente por essas duas razões, *não* eram necessidades básicas.

Hoje, a tentativa de inserir senso moral no discurso do desenvolvimento precisam rescindir normas costumeiras (nós diríamos 'culturais') que Smith podia tomar por evidentes. E qualquer coisa que se aproxima do caráter de uma afirmação moral, em meio ao contexto cada vez mais amoral das sociedades desenvolvidas, precisa recorrer a um novo tipo de apelo não formulado de acordo com os costumes.[52] Essa situação cria o profissional e em parte o legitima. Ele é o único em posição de 'saber' o que estranhos necessitam, e sabê-lo melhor do que os próprios clientes, porque esses podem ter seu juízo deturpado por vestígios culturais tradicionais.

Sem dúvida a abordagem do desenvolvimento a partir das necessidades básicas provê critérios verdadeiramente novos para formular reivindicações institucionais baseadas nas necessidades imputadas aos mais fracos que, por definição, são aqueles que não têm a habilidade de reconhecer sua própria miséria, em razão de suas 'necessidades não atendidas'. Assim, a metáfora ou o modelo para os modernos especialistas da necessidade é o médico.[53] Ele, mais do que o paciente, sabe o que esse necessita, porque quase sempre a 'doença' é um resultado do próprio comportamento do paciente. A principal tarefa de quem diagnostica necessidades

coincide com aquela do médico moderno – ele deve educar as pessoas que atende para que aceitam sua visão e obedeçam suas prescrições.

Nos anos 1970 ‘participação’ e ‘advocacia’ [*advocacy* (planning)] ainda eram termos imaculados.[54] Os especialistas apresentavam a si mesmos como servidores que ajudariam os pobres a se tornarem conscientes de suas verdadeiras necessidades, como um Grande Irmão a assisti-los na formulação de suas reivindicações. Esse sonho de bem-estar social, de corações partidos e benfeitores de olhos azuis, hoje pode ser facilmente descartado como nonsense de uma época passada. Num mundo muito mais interdependente, complexo, poluído e lotado, ‘necessidades’ já não podem ser identificadas e quantificadas, exceto por meio do intenso trabalho de escrutínio de uma equipe de especialistas de sistemas. E nesse novo mundo, o discurso das necessidades se torna o dispositivo preeminente para reduzir as pessoas a unidades com requerimentos de *input.*

Estamos no limite de uma transição, ainda não notada, entre uma consciência política baseada em progresso, crescimento e desenvolvimento – arraigada nos sonhos do Esclarecimento – para uma consciência ainda sem nome, definida pelos controles que asseguram um ‘sistema sustentável’ de satisfação de necessidades. Sim, o desenvolvimento está morto. Mas os especialistas que nos deram as necessidades agora estão ocupados trabalhando na nova conceituação de sua dádiva, redefinindo a humanidade mais uma vez. Para sobreviver, dizem, devemos ver a nós mesmos não como cidadãos, mas como cyborgs, à imagem dos sistemas imunológicos, como unidades infinitamente pequenas numa série de sistemas inclusivos, terminando não se sabe onde.[55] O fator mais importante é melhor compreendido, não como necessidade, mas como requerimento, o complexo de requerimentos para cada sistema. Se essa visão prevalecer, então homens e mulheres de fato deixarão de existir.

Há alguns anos os promotores do desenvolvimento prometeram ‘mais’, criando assim a condição psíquica para a implantação de necessidades,[56] que levou à criação de um ser dependente necessitado, um ser do qual todos somos parte. Talvez os novos especialistas de sistemas possam ser vencidos pela coragem moral necessária para abandonar maus hábitos.

[1] A única tentativa monográfica de traçar a percepção de algo correspondente a 'necessidade' através da história ocidental é: Patricia SPRINGBORG. *The Problem of Human Needs and the Critique of Civilization*. London: Allen and Unwin, 1981.

[2] Wolfgang STEGMÜLLER. Evolutionäre Erkenntnistheorie, Realismus und Wissenschaftstheorie. In: Robert SPAEMANN, Peter KOSLOWSKI , Reinhard LÖW (eds.). *Evolutionstheorie und menschliches Selbstverständnis: Zur philosophischen Kritik eines Paradigmas moderner Wissenschaft*. Weinheim: Acta Humaniora, 1984.

"A evolução é o paradigma central da consciência atual. […] sua pretensão hoje não é de descartar a concepção ingênua ou filosófica que o homem tem de si, como se fosse mero equívoco, mas de compreendê-la melhor do que ela compreende a si mesma e de esclarecê-la acerca de si mesma […] o homem apreende, assim, a se compreender como um epifenômeno de um processo que é necessariamente mal compreendido quando representado por meio de categorias antropomórficas."

O crescimento explosivo do montante de salários pagos aos especialistas em desenvolvimento foi recentemente documentado por Franco Ferrarotti (*The Myth of Inevitable Progress*. Westport: Greenwood Press, 1985), que afirma que a nova forma de tecnocracia apresenta a si mesma como "auto-evidente e auto-justificada e, portanto, sem a necessidade seja de dimensão histórica, seja de legitimação democrática ou […] de prova de efetividade. O progresso, como um paradigma estruturante da consciência durante os anos sessenta, e o poder dos especialistas socio-políticos de todos os matizes ideológicos devem ser vistos em sua dependência mútua."

[3] Ilustrei isso suficientemente no meu artigo "Silence is a Commons" [silêncio é um bem comum]. Aqui forneço algumas ilustrações para tornar o artigo legível.

[4] O nexo entre a carência e a mercadoria pode ser experienciado; nesse caso me refiro a uma *necessidade percebida,* que se estabelece pela criação desse nexo. O nexo entre o sujeito e a mercadoria pode advir da conclusão de um observador [externo]; então me refiro a uma *necessidade imputada,* e trato a 'carência' como uma falta imputada ao sujeito. Quando a imputação de uma necessidade é feita de acordo com as regras aceitas por uma profissão (economistas, biólogos, assistentes sociais, psicólogos), me refiro a *necessidades reais,* porque esse é o termo mais frequentemente usado na literatura.

[5] Falta referência a YURICK (título aproximado, "The economy of junk") [*sic!*], que foi o primeiro a chamar minha atenção para a relação entre a criação industrial de lixo [*junck*] os padrões de dependência no caráter social.

[6] O Oxford English Dictionary vol. 2 (1976) traz dúzias delas...

[7] Na língua alemã *Bedürfnis* se separou de carência bem mais cedo. No século XIX, *die Bedürfnis* era equivalente a falta, enquanto *das Bedürfnis*, substantivo neutor, significava miséria, o objeto faltante ou a o impulso de defecar. GRIMM, J&W (*Deutsches Wörterbuch.* Vol 1, 1954) indica indica sobretudo o substantivo feminimo, assim como Kant: "Die Bedürfnis der Natur", e Goethe "wo man in einem Privathause unterkommen und das nächste Bedürfnis fand", assim como um terceiro significado "seine Nothdurft verrichte" (TRUEBNERs Deutsches Wörterbuch, 1935).

[8] William LEIS. *The Limits to Satisfaction*...

[9] Para uma informação inicial, ver F. E. PETERS. *Greek Philosophical Terms. A Historical Lexicon*. New York: University Press, 1967, verbetes *epithymia* (desejo), *hormê* (impulso), *örexis* (apetite). Desejo (ou, mais precisamente, a habilidade de desejar) é um elemento irredutível da alma. Apenas com a introdução do conceito de reação e, mais tarde, da ideia de *feedback* na explicação do comportamento, o desejo irredutível começou a dar lugar a um novo modelo homeostático baseado em concepções biológicas e fisiológicas. Lentamente a oposição entre aquilo que é necessário e aquilo que é desejado deu lugar à ideia de que carências humanas expressam a necessidade por aquilo que é necessário [à sobrevivência].

[10] A passagem entre a experiência (imaginada) de necessidades com a correlata reivindicação de direito moral e a percepção de si mesmo como um 'subsistema' com requerimentos específicos deve ser, no presente, uma questão de classe (educacional). Ela é característica para pessoas que foram tornadas estúpidas pela escolarização. Todavia, já podemos observar como o computador está se tornando a metáfora dominante para a interpretação do eu, da natureza e da sociedade nos quadrinhos, nas comédias de TV e na gíria. Essa observação contraria um pouco o meu argumento de que as necessidades sobreviverão o discurso do desenvolvimento.

[11] "Sistemas não podem ter necessidades – portanto não podem ser comparados a pessoas" – com essa assertiva fui introduzido, há vinte anos, à crítica de A. I. Contaram-me uma estória para ilustrar essa posição: "Você pode pensar que está conversando com um computador. Mas você seria louco se acreditasse num computador, se despejasse um copo d'água num computador que lhe dissesse que está com sede." Duvido que essa estória pudesse ser contada por um pensador eminente de 1988!

[12] J. David BOLTER (*Turing's man: Western Culture in the Computer Age.* Chapel Hill: Univ. of NC Press, 1984) traz esse argumento de uma maneira às vezes jocosa. Muito mais seriamente no manuscrito de Morris BERMAN (*Coming to our Senses: Body and Spirit in the Hidden History of the West,* a ser publicado em 1989.

[13] Discussões sobre necessidades verdadeiras e falsas, ou sobre necessidades básicas, ou sobre necessidades sociais versus individuais são irrelevantes para essa questão. Tais discussões supõem a concreção de desejos em necessidades, abstraindo do grau em que as sociedades em que eles aparecem são centradas em mercadorias. Quero evitá-las. Ademais: por volta de 1985 elas deixaram de ser agenda obrigatória de qualquer conversa sobre necessidades.

[14] Um estudo histórico das necessidades pressupõe uma periodização dessa histórа. Eu proponho a seguinte: (1) A sociogênese do discurso centrado em necessidades pode ser documentada em meados do século XX; (2) A 'história das necessidades orientadas a mercadorias' pode ser construída para o período que no meu livro *Gender* identifiquei como o do "gênero partido". (3) O período entre o final do século XII e o início (diferente em cada região) de uma produção proto-industrial deve ser visto com a pré-história das necessidades modernas. (4) O que Karl Polanyi faz no seu estudo do mercado em Aristóteles eu aceitaria de bom grado como parte da história inicial da escassez, mas apenas como investigação na arqueologia das necessidades.

[15] Essa parte do meu argumento não é descritiva mas interpretativa. Ele não está terminado e eu não o estou incluindo nesta edição. Pretendo construir depois um argumento por meio de três comentários sucessivos. (1) Um sobre a distinção de Jean Paul Sartre entre "meu" corpo, que eu percebo como uma apropriação do corpo do "outro", e finalmente, minha nauseante percepção do meu "próprio corpo aos olhos do outro". (2) Pretendo abordar o texto de Sartre com uma visão crítica do conceito de desejo mimético de René Girard. (3) Usando as reflexões de Duden/ Illich sobre esse tipo de 'incorporação', que é característico do final do século XX, posso conseguir uma nova profundidade de compreensão dos conceitos econômicos, como meios de dar a aparência de racionalidade a um modo de dominação no qual a natureza humana é definida pela necessidade de estranhos, que assim podem ser imaginados como dependentes do meu poder. Nessa última reflexão pretendo interpretar Michael IGNATIEFF com os argumentos que aprendi recentemente com Marianne GRONEMEYER (*Die Macht der Bedürfnisse: Reflexionen über ein Phantom*, 1988)

[16] TRUMAN, Harry S. *Inaugural Address.* January 20, 1949.

"Maior produção é a chave para a prosperidade e a paz… alcançar a vida decente e satisfatória que é o direito de todos os povos". *Nota bene,* Truman é geralmente visto com a figura pública que introduziu o termo "nações em desenvolvimento" no discurso político. Por isso é interessante notar que o primeiro volume do suplemento do NOED [New Oxford English Dictionary], publicado em 1972, traz, como um dos quinze novos matizes do termo 'desenvolvimento', a nação ou o país em desenvolvimento: "um país pobre ou primitivo que está desenvolvendo condições econômicas, industriais e sociais mais elevadas", mas registrando a primeira evidência de um tal uso em 1964! Dois outros manuais da nova língua americana confirmam a má vontade dos lexicógrafos em reconhecer o novo uso de 'desenvolvimento' que os economistas e cientístas políticos tomam ingênua ou pomposamente como evidente. Nem Hans Sperber e Travis Trittschuh (*American Political Terms: An Historical Dictionary*. Detroit: Wayne State University Press, 1962), nem William Saffire (*The New Language of Politics: An Anecdotal Dictionary of Catchwords, Slogans and Political Usage*. New York: Random House, 1968) têm verbetes sobre 'desenvolvimento' ou 'subdesenvolvimento'. H.L. Mencken (*The American Language.* London: Routledge and Keegan Paul, 1963, p.354) reconhece o termo. Em seis de outubro de 1961, um editorial do New York Times intitulado 'A Slum is a Slum' protestou contra a linguagem eufemista preferida para os temas de relações humanas no sistema escolar de Nova York. Entre os eufemismos favoritos dos anos 1960, é preciso dizer desprivilegiados e culturalmente desprovidos, para favelados, e cidadão seniores, para velhos. Em questões internacionais não se deve mais falar de nações atrasadas; elas são regiões em desenvolvimento. Gunnar Myrdal dedica o primeiro *Appendix of Asian Drama: an Inquiry into the Poverty of Nations*. (New York: Twentieth Century Fund, 1968, vol. III, p.1839-42) à "diplomacia pela terminologia". Ele reúne um *florilegium* de eufemismos escapistadas que tendem a tirar qualquer ênfase da diferença real entre regiões ricas e pobres depois da Segunda Guerra Mundial. Ele observa que o uso do termo 'país subdesenvolvido' implica a consideração prudente de que se trata de fato de países, que devem continuar sendo países e independentes, e que devem se desenvolver.

[17] TRUMAN, Harry. *Message to Congress.* June 24, 1949. Ponto quatro: "...ajudar os povos de áreas economicamente subdesenvolvidas a elevar seus padrões de vida… a pobreza opressiva e a falta de oportunidade econômica para muitos milhões… sem uma base econômica, eles serão incapazes de corresponder às expectativas que o mundo moderno despertou nos seus povos. Se eles estiverem frustrados e desapontados, podem se voltar a doutrinas falsas, que rezam que o caminho do progresso passa pela tirania…"

"A ajuda que é necessária se divide em duas categorias principais. A primeira é o conhecimento técnico, científico e gerencial necessário ao desenvolvimento econômico… assistência no planejamento para um desenvolvimento econômico de longo prazo… e capital."

J. Bentham. *Principles of the Civil Code* (part first, chapter 5). In: C.K. Ogden (ed.). *The Theory of Legislation*. New York: Harcourt Brace, 1931. p. 101: "Desejos aumentam com os meios. O horizonte se levante quando avançamos, e cada nova carência, atendida por um lado pela dor, por outro pelo prazer, se torna um novo princípio de ação."

[18] KENNEDY, John F. *Inaugural Address*. January 20, 1961

[19] KENNEDY, John F. *Special Message to Congress Requesting Appropriations for the Inter-American Fund for Social Progress and for Reconstruction in Chile*. March 14, 1961.

[20] Citado em: Richard Nixon. *Victory without War*. 1999, p.48.

[21] McNAMARA, Robert S. Address to the Board of Governors of the World Bank Group. Nairobi, Kenya: September 24, 1973.

"…os dados sugerem que décadas de crescimento rápido foram acompanhadas de uma pior distribuição de renda em muitos países em desenvolvimento, e que o problema é mais severo nas áreas rurais… adotam… medidas de performance econômica socialmente orientadas." (p.10)

"Programas… devem ser desenhados para atacar a pobreza absoluta que existe num grau totalmente inaceitável em quase todos os países membros em desenvolvimento: uma pobreza tão extrema que degrada a vida dos indivíduos abaixo da norma mínima de decência humana. A absolutamente pobres não são apenas uma pequena minoria de infelizes, uma coleção sortida de perdedores na vida, uma exceção lamentável mas insignificante à regra. Pelo contrário, eles constituem em torno de 49% dos dois bilhões de pessoas que vivem em nações em desenvolvimento." (p.27)

[22] John GALTUNG, "The Basic Needs Approach". In: Katrin Lederer et al. (eds.). *Human Needs: A contribution to the current debate*. Königstein: Athaeneum, 1980, p.55-126.

Recentemente, os seguintes autores enfocaram as razões filosóficas para a re-emergência de 'necessidades' no discurso do desenvolvimento: Garrett THOMSON. *Needs.* London: Routledge and Kegan Paul, 1987 (ele argumenta que "necessidade é mais forte do que desejo, porque o conceito está ligado à noção de um dano sério" e "dano não é algo indefinidamente maleável", p.101). Alfred SCHOPF (ed). *Bedürfnis, Wunsch, Begehren: Probleme einer philosophischen Sozialanthropologie.* Würzburg: Königshausen und Neumann, 1987. SPRINGBORG, Patricia. *The Problem of Human Needs and the Critique of Civilization*. London: Allen and Unwin, 1981. (Essa é a única tentativa de fazer uma história dos análogos de 'necessidade' no pensamento ocidental dos gregos até o presente.)

[23] C. B. MACPHERSON. “Needs and Wants: An Ontological or Historical Problem?” In: Ross Fitzgerald (ed). *Human needs and politics.* Rushcutters Bay (NSW, Australia): Pergamon Press, 1977.

A classificação de necessidades *versus* carências (needs versus wants) não dá conta do problema. Ela é insular e ideológica. É insular porque nem a língua francesa nem a alemã usam palavras diferentes para necessidades e carências. Em francês ambas são ‘besoins’; em alemão, ‘Bedürfnisse’. E a distinção necessidades/ carências é ideológica porque, das diversas tradições modernas de teoria política (o autor examina especialmente Rousseau, os idealistas alemães e Mex), apenas a tradição liberal se aproxima dessa distinção.

[24] O substantivo ‘need’ teve um caráter substancial por séculos. ‘Have need to’ significava estar sob a necessidade inescapável de fazer alguma coisa, de se engajar numa atividade transitiva ou intransitiva. De maneira nenhuma se traduzia numa demanda, na reivindicação de algo. No tempo de Harvey e Bacon, o ‘to’ começa a cair: “It had need be a point of pollicie” é dado como exemplo no NOED (New Oxford English Dictionary). O dicionário explica que, em frases com essa nova forma, o ‘need’ tende a perder seu caráter substantivo distintivo. Ele se torna mero elemento modificador ligado a um verbo. A mesma função, quase comparável à de um verbo auxiliar foi observada no uso do alemão ‘Bedürfnis’ por J.B. Müller (In *Geschichtliche Grundbegriffe* vol 1....). Em alemão, o termo ‘Bedürfnis’ se torna corrente no século XVIII, quando se discute a motivação das ações humanas. A primeira tentativa formal de criar uma teoria das necessidades é de L. Brentano. “*Versuch einer Theorie der Bedürfnisse*”. In: *Konkrete Grundbedingungen der Volkswirtschaft.* Gesammelte Aufsätze, 1907.

[25] Papa Paulo VI. Encíclica *Populorum progressio* [do progresso dos povos]. “O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade” (#43).

[26] A linha da pobreza parece ter sido cunhada em 1901 por B.S. Rowntree, filantropo, quacker, produtor de chocolates e amigo de Lloyd George. “Os destinatários da caridade são os pobres, isto é, aqueles que por causas primárias ou secundárias estão abaixo da linha da pobreza”. A mesma expressão também foi usada no mesmo ano por Winston Churchill. Apenas nos anos 1950 ela foi adotada para a construção de um indicador pelo US Department of Labor. O sinônimo ‘nível de pobreza’ foi adotado mais recentemente. De acordo com o NOED (New Oxford English Dictionary) ela aparece no New York Times de 2 de fevereiro de 1976: “Diz-se qye 24.3 milhões de americanos – mais do que 10% da população – foram classificados como pobres em 1974, contra 23 milhões em 1971. O nível de pobreza é definido… (pelo Dept. of Labor)”. Em 1978 a London Times fala de “um milhão vivendo na Alemanha Ocidental abaixo do nível de pobreza”.

[27] UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affair*s. The United Nations Development Decade: proposals for action*. New York, 1962.

[28] W. Arthur LEWIS costuma ser considerado o primeiro economista a reconhecer a transformação do valor do trabalho no processo de desenvolvimento. No seu influente artigo “Economic Development with Unlimited Supply of Labor” (The Manchester Schools, May 1954), Lewis argumenta que “O trabalho nas economias duais está disponível para o setor urbano-industrial por um salário constante, determinado pelos níveis mínimos de sobrevivência numa família rural tradicional: em razão de um desemprego ‘disfarçado’ na agricultura, há um suprimento praticamente ilimitado de trabalho disponível à industrialização… todavia, quando o a reserva de trabalho estiver exaurida, então apenas um nível salarial crescente conseguirá retirar o trabalho da agricultura”. Ele sugere que, nesse ponto, a qualidade do trabalho se tornaria decisiva (ver Ronald FINDLAY "On W. Arthur Lewis' contributions to economics." *Journal of Economics* 1 (1982): 62-76). A maior afronta neoclássica da interpretação da economia dual por Lewis came veio de Dale W. JORGENSON. "Testing Alternative Theories of the Development of Dual Economies." In: A. Abelman and E. Thorbecke. *Theory and Design of Economic Development.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1966.

[29] Além do investimento na capitalização da força de trabalho, considerou-se que outro conjunto de prerrequisitos para o crescimento econômico seria a atmosfera sócio-política na qual o lugar de trabalho está inserido. Dudley SEERS formulou isso em "The Meaning of Development". *International Development Review* 11??,4(1969): 2-6.

[30] Edward DENISON cunhou essa expressão e a manteve. Ver: “Measuring the Contributions of Education (and the Residual) to Economic Growth." In: *Study Group in the Economics of Education. The Residual Factor and Economic Growth.* Paris: Organization for Economic Co-operation and Development, 1964.

[31] O conceito é definido em toda a sua brutalidade por Sherwin ROSEN ("Human Capital: a Survey of empirical Research." In: R. Ehrenburg. *Handbook of Labor Economics*, v I. Greenwich: Jai Press, 1972): “Capital humano designa a capacidade produtiva de seres humans como agentes produtores de renda na economia… é o estoque de habilidades e conhecimento produtivo incorporado nas pessoas. O rendimento ou retorno sob o investimento em capital humano aumenta a habilidade e a eficiência dentro e fora da economia de mercado. Ele gera a necessidade de discutir direitos de propriedade sobre o capital humano. Esses são em grande medida restritos à pessoa na qual esse capital está incorporado. Portanto, é melhor analisá-lo como uma transação no mercado de aluguéis.”

[32] “[…] o volume de empregos até agora alcançado pela industrialização tem sido insuficiente para evitar crescente desemprego e subemprego nos países em desenvolvimento” (UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs. *The United Nations Development Decade: proposals for action*. New York: 1962, p.5)

[33] LOTTIN, D.O. La nature du devoir de l'aumône chez les prédécesseurs de Saint Thomas d'Aquin. *Ephemerides Lovanienses* 15 (1938) 613-624. […]

[34] As expressões *poverty pimp* [‘cafetão da pobreza’] e ‘*povertician*’ foram cunhadas durante a campanha de Edward Koch para a prefeitura de Nova York em 1978.

[35] LUTZ Mark A.; LUX, Kenneth. *Humanistic Economics: the new Challenge*. New York: The Bootstrap Press, 1988.

[36] William R. Allen. *Midnight Economist: Broadcast Essays III*. Los Angeles: International Institute for Economic Research, 1982. p. 23. Uma das assertivas mais antigas e mais persuasivas sobre a queda do homem do reino das preferências para as amarras das necessidades é feita por David Braybrooke: "Deixe as necessidades diminuir, para que as preferência possam prosperar" (In: Resher, edit. Studies in Moral Philosophy, Oxford: Blackwell, 1968.) "A respeito do que está acontecendo com o conceito de necessidade enquanto as mudanças tecnológicas nos atropelam só posso fazer advinhações. O tema das preferências e de sua avaliação, uma vez que considerações de necessidade, integridade e moral sejam admitidas, é uma selva filosófica."

[37] Eles querem evitar o que G. E. MOORE (em *Principia Ethica.* Cambridge: Cambridge University Press, 1903) chamou de "falácia naturalista", baseado na distinção ser/dever de Hume: uma transição ilícita de assertivas sobre fatos empiricamente verificáveis a assertivas valorativas ou vice-versa.

[38] A relação sútil e assimétrica de poder implícita no conceito de necessidades foi bem formulada por Simone de Beauvoir (*The second sex*. New York: Bantam Books, 1952): "Na relação do mestre com o escravo, o mestre não evidencia a necessidade que ele tem do outro; ele tem ao seu alcance o poder de satisfazer a necessidade por sua própria ação. Já o escravo, na sua condição de dependente, com suas esperanças e medos, está bem consciente da necessidade que ele tem do mestre. Mesmo que a necessidade seja, no fundo, igualmente urgente para ambos, ela sempre trabalha a favor do opressor e contra o oprimido".

[39] "A abordagem pelas necessidades básicas [Basic Needs Approach] (BNA) não é a abordagem da ciência social em geral ou dos estudos do desenvolvimento em particular, mas uma abordagem… mas é um ingrediente indispensável aos estudos do desenvolvimento. Para justificar essa posição nós… usamos dois argumentos: a futilidade de outras abordagens como únicas ou dominantes, porque elas deixam de tornar o desenvolvimento humano… para distinguir entre um sentido de melhor e pior, quando não de bom e mau. O… argumento negativo é baseado na futilidades de outras abordagens, que, pragmaticamente, muitas vezes levam a práticas anti-humanas, porque não têm garantia embutida de que tal desenvolvimento realmente visa a melhorar a condição dos seres humanos." (John GALTUNG. "The Basic Needs Approach", p.55-57.)

[40] ARNDT, H.W. *Economic Development: The History of an Idea*. Chicago: University of Chicago Press: "[…] ambos, Dudley Seers em 1969 e Mahbub ul Haq em 1971, usaram a frase 'necessidades básicas', ainda que apenas de passagem, quando se referiam à cesta mínima de bens e serviços que o salário mínimo deveria cobrir… Em 1975 a frase se tornou um slogan e um programa… ela foi um filhote da cabeça de Louis Emerij e outros da ILO [International Labour Organization], que em 1975 organizaram uma Conferência Mundial do Emprego. Necessidades básicas se tornaram o tema central do documento da conferência, publicado em 1976 sob o título *Employment, Growth and Basic needs.* Para a literatura, vide *Analysis of distributional issues in Development Planning World Bank Workshop Bellagio*, April 1977; e Paul Streeten. *Development Perspectives.* London: Mcmillan 1981, especialmente a parte 4.

[41] Essa repentina ressurreição das necessidades pode ser observada no contexto de várias décadas de reação à abordagem axiologicamente neutra das ciências sociais ortodoxas, iniciada por C. W. Mills e Gunnar Myrdak na economia política e acatada por Abraham Maslow e Erich Fromm do ponto de vista da antropologia psicológica. Comum a essas tentativas é a pretensão de estabelecer valores que teriam validade objetiva. Todos os quatro autores mencionados dão importância central à posição do jovem Marx, que fez objeção a "regressão à simplicidade não-natural do homem pobre e sem desejos" de Rousseau, a quem ele considerava não-natural em sua falta de necessidades. Em vez disso, Karl Marx pôs para o estágio final do comunismo "em lugar da riqueza e da pobreza da economia política, o rico ser humano e a rica necessidade humana. O rico ser humano é simultaneamente o ser humano com necessidade de uma totalidade de atividades humanas e o homem cuja própria realização existe como uma necessidade interna". (MARX. *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844.* Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1959. p 100.) Na sua exaustiva exegese de Marx, Agnes Heller (*The Theory of Need in Marx.* London: Allison and Busby, 1976) procura defender dois argumentos: (1) que a análise da sociedade por Marx é sempre baseada num "sistema de necessidades radicais"; e (2) que ele evita cuidadosamente o conceito de necessidades 'não reconhecidas' ou 'falsas', no sentido de Fromm ou Marcuse, que inevitavelmente favorece uma vanguarda cuja competência está em revelar às massas a natureza genuína de suas necessidades.

[42] Nessa conexão é importante refletir sobre a seguinte evidência: O OED (Oxford English Dictionary) original de Murray, em 1892, divide o verbete do substantivo 'need' em apenas duas partes: a. a necessidade de fazer alguma coisa e b. a vontade imperativa de ter alguma coisa. Um terceiro significado do substantivo 'need' é documentado pela primeira vez no suplemento do OED no final dos anos 1970. A primeira evidência é datada em 1929: c. um estado de carência fisiológica ou psicológica que, consciente ou inconscientemente, motiva um comportamento para a satisfação. No início dos anos 1930, instintos, discutidos por psicólogos, são pela primeira vez identificados com 'necessidades'… Ao mesmo tempo 'necessidades' são reconhecidas como estados de tensão que persistem até serem aliviados. No início dos anos 1960, os textos psicológicos começam a expressar necessidades na forma de algoritmos, por exemplo, 'n.ach' = 'need of achievement', quando entra na fórmula que modela a estrutura das necessidades humanas.

[43] Erich FROMM. The Psychology of Normalcy. *Dissent* 1 (1l54), p.43.

[44] GRONEMEYER, Marianne. *Die Macht der Bedürfnisse Reflexionen über ein Phantom*. Hamburg: Rowohlt, 1988. Mais de uma década antes, William LEISS (*The Limits to Satisfaction. An Essay on the Problems of Needs and Commodities*. Toronto: Toronto University Press, 1976) explorou a gênese das necessidades na transformação dos desejos quando esses são concentrados em mercadorias.

John McKNIGHT ("Why 'Servanthood' is bad." The Other Side Jan/Feb 1989, 39-41): "Sistemas de serviço ensinam às pessoas que seu valor está na sua deficiência". Seu valor, todavia, é notado por aqueles que atendem às suas necessidades. Evidências empíricas mostram, sem nenhuma margem de dúvida, que os custos do desenvolvimento embolsados por pessoas com grau universitário são sempre muitas vezes maiores do que os benéficios que chegam a seus clientes.

[45] O termo ‘necessidades básicas’ é formulado para soar como uma invenção humanista quando é usado dentro do discurso do desenvolvimento. Mas, num cenário econômico, ‘básico’ é uma palavra com um sentido preciso e aceito. Parece-me impossível encontrar legitimidade para o termo ‘necessidades básicas’ num discurso econômico sem ao mesmo tempo acentuar a forma mercadoria dos recursos humanos. Para dar credibilidades à minha suspeita, basta ler o verbete de Neri SALVADORI "Basics and non-basics" (In: *The New Palgrave. A Dictionary of Economics*. New York: Mc Millan, 1987. vol 1.). Uma mercadoria é ‘básica’ quando ela entra direta ou indiretamente na produção de todos as outras mercadorias – tais mercadorias precisam ser produzidas, seja qual for o resultado final da produção; quando seus preços mudam todos os preços mudam. A formulação é de P. SCRAFFA. *Production of Commodities by Means of Commodities*. 1960.

[46] Por essa razão é útil explorar a relação entre ‘educação’ e ‘desenvolvimento’ como termos-coringa no discurso sobre políticas públicas. Como indicarei em FN [?], ‘necessidade’ [*need*] foi usado num novo sentido, semelhante a ‘impulso’, na pedagogia 20 anos antes de o termo entrar no discurso sobre políticas públicas em relação a outras ‘esferas’. Na teoria educacional, ‘necessidade’ logo passou a designar as carências pessoais do educando que devem ser supridas pela sociedade para torná-lo capaz de viver uma boa vida. Em segundo lugar, as ‘necessidades da sociedade’ e as ‘necessidades dos outros’ se tornaram cada vez mais critérios relevantes para decidir o que o educando deveria adquirir no processo de sua educação.

[47] GRONEMEYER, Marianne. *Die Macht der Bedürfnisse. Reflexionen über ein Phantom*. Hamburg: Rowohlt 1988, p.22 e p.17.

[48] HELLER, Agnes. *The Theory of Needs in Marx.* New York: St. Martin's Press.

[49] No mesmo ano (1951) a expressão ídiche “ich darf es wi a loich im kop”, que se aplica a algo que não se deseja de jeito nenhum ou algo totalmente inútil, levou Marchall MC LUHAN a traduzir (em *The Mechanical Bride*): “o operador esperto necessita de uma dama assim como necessita de um buraco na cabeça”. O uso atributivo do substantivo ‘necessidade’ cresceu como uma bola de neve por volta de 1940. […]

[50] Michael IGNATIEFF. *The Needs of Strangers.* London: Chatto and Windhus, The Hogarth Press, 1984.

[51] Adam SMITH. *The Wealth of Nations.* Book 5, ch II, part 2, art. IV.

[52] Amartya K. Sen. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Claredon Press,1981. Contém em toda parte descobertas valiosas sobre a nova linguagem dos direitos baseados em necessidades.

[53] A correspondência entre o desenvolvimento estrutural da medicina e o da consciência moderna durante as duas últimas décadas foi exposto com clareza incomparável por ARNEY/ BERGEN.

[54] ‘Participação’ também pode ser chamada de ‘conscientização’, ‘mentalização’, ‘advocacy planning’ etc. Em todas essas formas se esconde a mobilização de necessidades e a instrumentação de instituições que mediarão a sua satisfação.

[55] Esta é a linguagem embaraçosa, senão pornográfica, na qual se discute nas mesas redondas Norte-Sul: “considerem seriamente o desafio de alcançar eduação primária e alfabetização universais no ano 2000” (HAQ, Khadija; KIRDAR (eds.). *Budapest Roundtable on Managing Human Development* […], p.3); “o desenvolvimento humano deve ser cada vez mais gerenciado” (idem, p.11); “o objetivo [do ajuste] deve ser alcançar crescimento econômico protegendo e promovendo desenvolvimento humano e políticas orientadas para a igualdade” (HAQ, Khadija. *Roundtable on Adjustment and Growth with Human Development* […], 1987, p.312); “a crise de energia, comida e dívida [externa] não deve ser sucedida no futuro por uma crise mais fundamental […] de desenvolvimento humano” (idem, p.318).

[56] Ivan ILLICH, "The Ritualization of Progress". In: *De-schooling Society*. New York: Harper and Row, 1971.